

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0020169



cat.
F
333.14
M217

CÂMARA DOS DEPUTADOS

MÁRIO MAIA

Deputado Federal pelo Estado do Acre

**A REFORMA AGRÁRIA EM SEUS ASPECTOS
POLÍTICO, SOCIAL E ECONÓMICO**

Discurso proferido na Sessão de 28
de junho de 1963.

V.
333.14
M217r

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1966

F 328.32
M217r

B0020169

DISCURSO PROFERIDO, QUANDO DEPUTADO DO P. T. B.

O SR. MÁRIO MAIA — Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Já ouvimos aqui nesta Casa do Povo brasileiro, e desta e daquela tribuna, vários ilustres colegas, no calor da eloquência parlamentar, solicitarem de seus nobres pares que, nas oportunidades devidas, se pronunciassem clara e lealmente quanto a suas convicções políticas e ideológicas, para que todos ficassem sabendo os pontos de vista de cada qual. Atendendo a este apelo por achá-lo justo, como prólogo de nossas considerações sobre reforma agrária, é o que pretendemos fazer na oportunidade que temos de, pela primeira vez, falar no grande expediente, circunstância que nos proporciona a escolha do tema livremente.

Defendemos, neste Parlamento, a auto-determinação dos povos e advogamos a política da não intervenção bem como a de uma convivência pacífica e independente entre os vários países do mundo, quaisquer que sejam as suas raças, sua língua, seus credos políticos, suas convicções ideológicas e religiosas. Adotamos o respeito para com aqueles que discordam de nós e ousamos admitir que a verdade, sendo uma categoria subjetiva do pensamento, deve consistir naquilo que a gente pensa, certo ou errado, até que se convença do contrário.

Imaginamos que a ninguém cabe o direito de se arrogar dono da verdade, sem que corra o risco de uma grave leviandade. Integramos neste Congresso a Frente Parlamentar Nacionalista e nos colocamos, entre aqueles que, de todo o coração, desejam uma melhor e mais justa distribuição das riquezas acumuladas, não poucas vezes à custa do esforço de

categorias de classes assalariadas e camponesas, quase sempre alienadas das vantagens que a tecnologia e a ciência oferecem para o bem-estar e o progresso da grandeza e da glória das Nações. E quando nos proclamamos nacionalista, Sr. Presidente, não queremos absolutamente significar que aqui integramos um grupo superpartidário que se opõe a outro grupo superpartidário; nem tão pouco temos a veleidade de, tomando a palavra como sinónimo de patriotismo, ufanar-nos de ser mais patriotas do que os que mais o sejam nesta Casa e fora dela. Concebemos sim o nacionalismo como a expressão política de um estado social; como a ansiedade o desejo na angústia da esperança de um povo que sonha com a sua liberdade econômica. É a esse estado de apreensões, a esse desejo elementar de não mais se deixar violentar; a esse estado de inconformidade com a agressão cada vez mais estranguladora e depredadora de nossas riquezas; a essa rebeldia contra a degradação de nossos trabalhos; a esse despertar de consciência de nosso povo, que nós chamamos de nacionalismo. Mas este sentimento, não se restringe às nossas fronteiras: projeta-se para outras Pátrias que vivem o mesmo drama de um neocolonialismo impiedoso e parasitário.

Isto posto, desejo agora tecer algumas considerações que, mesmo desalinhasadas têm o propósito de contribuir para o encaminhamento da solução de nossa reforma agrária, tão angustiosamente esperada pelo povo lá fora.

Alegam uns que o problema agrário não precisa de reformas, porém simplesmente de organização, e que, antes de se reformar o campo com a redistribui-

DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
NUMERO	DATA
F254	17/12/68

f 318 .32

M 217 II

ção de terras a quem não tem, dever-se-ia primeiro educar o homem. assisti-lo com a técnica, a ciência e as facilidades creditícias. De fato, é imprescindível que ao lavrador se ofereçam tais facilidades, sem o que pouco significaria a posse da terra! Mas nós perguntamos aos nossos nobres pares: como oferecer tais benefícios indispensáveis, se ele é um pária sem terra e, por esta mesma circunstância, uma espécie de nômade, sem abrigo e sem pouso certo? Onde assisti-lo, eis a grande interrogação. Dar-lhe crédito para empregar em que e onde? Em benefício do Patrão para enriquecê-lo cada vez mais, tornando-o menos sensível e mais egoísta?

Dar saúde como, se o homem não pára, está sempre migrando de um lugar para outro? Sua condição social de nada ter leva-o à inconstância e à instabilidade de locação. Dar escolas, mas onde? -- Só se transformarmos os caminhões «paus-de-arara» em escolas volantes.

São indagações que nos ocorrem espontaneamente, quando os caricaturistas da reforma agrária imaginam fazê-la sem terra. Em verdade, para a solução deste grave problema não se poderá tratar isoladamente o homem e a terra. A equação homem-terra está formulada na própria gênese bíblica: «com o suor de teu rosto, lavrarás a terra para o teu sustento». Portanto, estes dois termos têm que ser levados em consideração harmônica e simultaneamente, se quisermos achar a incógnita do problema. Julgamos que o que nos tem levado a discordâncias aparentemente insolúveis tem sido o fato de uns darem prioridade ao homem e outros à terra, quando ambos são neste caso prioritários. Assim pois, concordamos: não basta somente dar terra aos que dela desejarem tirar o sustento porém, na sistemática agrária, igualmente devemos de classificar, como providência medular, nucleativa mesmo, também a posse efetiva da terra. E, dada a circunstância de nomadismo de grande parte de nossas populações rurais, a radicação à gleba deve ser a causa primeira do grande movimento agrário no Brasil, mesmo porque esse arraigamento virá contribuir para a modificação da estrutura feudal que aí está, encravada nas relações de ati-

vidades agro-pastoris de nosso mundo rural. Fora disto, é discussão acadêmica, é sofisma, é utopia. Só assim a efetividade da propriedade da terra poderá ter um significado de transformação substancial e revolucionária de uma textura surrada de caráter escravagista, libertando o homem do campo de seu algoz cruel, corporificado na instituição de um código de exploração desumana do trabalho alheio por um sistema regimental de economia saqueadora, que são os pagamentos por meio do "cambão", das "meias", das "terças" e outras iniquidades.

Ao analisarmos friamente os números do censo de 1950, depara-se-nos esse quadro constrangedor: 58% da população do Brasil economicamente ativa entregava-se àquela época, às atividades da agricultura e da pecuária, vale dizer, estavam no campo. Submetendo-se estes dados à conceituação de desenvolvimento social elaborado pelo sociólogo norte-americano Lyna Smidt vamos verificar que o nosso país está catalogado entre aqueles que apresentam uma situação grave, tendendo para a crítica.

Diz o sociólogo: «se em cada 10 famílias, uma se dedica a atividades agrícolas, o país necessita de reforma de algum grau. Se a proporcionalidade é de 50%, a situação é grave. Se está acima de 75%, então é crítica».

Ora, Sr. Presidente, a média no Brasil está expressa por uma taxa de gravidade de 54% de famílias ocupadas na zona rural. Mas esta taxa encontra-se favorecida por algumas áreas medianamente desenvolvidas. Se tomarmos determinados estados isoladamente, veremos que a situação então se torna crítica. Vejamos:

Goias — 71% das famílias estão no campo.

Piauí -- 70% das famílias estão no campo.

Paraíba — 69% das famílias estão no campo.

Espírito Santo — 68% das famílias estão no campo.

Ceará — 68% das famílias estão no campo.

Maranhão — 65% das famílias estão no campo.

Alagoas — 65% das famílias estão no campo.

Rio Grande do Norte — 65% das famílias estão no campo.

Bahia — 62% das famílias estão no campo.

Enquanto isto, Sr. Presidente, os E.E. U.U. ocupam 13% e a Grã-Bretanha apenas 5% de suas famílias em atividades agropastoris.

Desta análise, verificamos, e não sem tristeza, que cerca de 2/3 de nossa população em 1950 encontrava-se na área rural. Creio que o quadro não se modificou até o nosso presente, apesar de todos os presidentes que tivemos de lá para cá e das mudanças de forma de governo nesse período. O Censo de 1960 acusa 15 milhões de habitantes para a incidência habitacional do campo, em termos de população economicamente ativa. Um dos maiores contingentes humanos do mundo empregado na lavoura com uma força produtiva empotencial que, por si só, seria capaz de promover a nossa libertação econômica. Entretanto, esse contingente humano superior à população de muitos países e igual à que votou em nossas eleições em 1958, comprime-se como sardinha em lata em uma área de apenas 19 milhões de hectares (em média um hectare e fração «per capita»), o que representa a humilhante taxa de 2,2% de nosso território nacional e 8,2% da área global ocupada por estabelecimentos rurais, ou mais significativamente, 92,8% de nossas terras agricultáveis ocupadas jazem improdutivas.

Não sei se é vergonhoso ou humilhante compararmos estas mazelas com as de outros países subdesenvolvidos, porque, em questão de terra, ficamos em dificuldades para achar os termos de comparação.

Argentina - - 30 milhões de hectares para 1 milhão e 600 mil.

México — 19.900.000 ha. para ... 4.800.000.

Brasil — 19.000.000 ha. para ... 15.000.000 hab. ec. ativ. Com os E.E. U.U. que ocupam 6.000.000 para uma área de 200.000.000 ha., o contraste se torna constrangedoramente dramático.

Vejam os Srs. Deputados que nenhum dos Presidentes passados conseguiu dar solução a tão grave problema, embora as tentativas se tenham repetido.

O Sr. *Temperani Pereira* — Permite um aparte?

O SR. MÁRIO MAIA — Com prazer.

O Sr. *Temperani Pereira* — Estamos ouvindo com encantamento, com atenção e respeito o discurso de V. Exa. todo ele fundamentado em dados idôneos e legítimos. Queremos, liminarmente, deixar aqui nossas congratulações pelo tipo de intervenção que V. Exa. está fazendo nesta tribuna. Compreendemos que, nesta parte de apresentação de uma estrutura, V. Exa. demonstrou a exaustão, que temos no País uma concentração perigosa da propriedade fundiária, da propriedade rural. Este é um aspecto evidentemente estrutural, que poderíamos, comparando em anatomia, - - e certamente V. Exa. desdobrar, neste ou noutro trabalho que vier a fazer, as suas consequências — chamar de fisiologia desta anatomia defeituosa, para o que, desde já, à guisa de colaboração, lembraria a V. Exa., em primeiro lugar, o estudo das rendas monetárias da população do campo, que foi objeto de estudo e análise por parte do IBGE. Pasmem os corações e as mentalidades que ainda estão tranquilos e pedindo calma para resolver o problema agrário brasileiro: as rendas da população do campo, da parte do trabalhador é de 666 cruzeiros por mês, enquanto que, de parte dos empregadores, da classe patronal, é de 33 mil cruzeiros por mês. Vale dizer, a criança operária, o pai operário do campo percebe 666 cruzeiros por mês, enquanto que, da parte patronal, a sogra do fazendeiro, sua tia solteirona, qualquer pessoa da sua *entourage* e casta social percebe 33 mil cruzeiros por mês. Veja a disparidade. Prossiga, nobre Deputado, na fisiologia, e vai encontrar no Brasil, talvez o índice maior do mundo em mortalidade infantil, pois que não conheço em parte nenhuma do mundo deste século XX a chaga que existe no Nordeste, de 400 crianças que morrem em cada mil que nascem, antes

de um ano. Com este quadro, tenho certeza, V. Exa. chegará às conclusões que chega todo homem que tem coração e sensibilidade. Não é mais possível calma para consertar o Brasil. Aquele mecanismo do século passado é, hoje, triste realidade da derrota e da inanição do povo brasileiro. Prossiga, nobre Deputado, que está colaborando de maneira serena e positiva para o estudo do problema e da solução agrária para o nosso País. (*Muito bem.*)

O SR. MÁRIO MAIA — Agradeço o aparte valioso de V. Exa., que vem enriquecer meu discurso e com o qual concordamos, porque as causas fundamentais dos vícios que estamos apontando aqui, em parte, não resta dúvida, jazem na estrutura econômica em que nos encontramos, vítimas indefesas de um sistema de capitalismo que impera não só nas cidades, mas, principalmente, no campo, deixando essas populações na situação de miséria e desespero em que realmente se encontram. Se procurarmos verificar, em termos estatísticos, a questão de saúde pública, para abordar o aparte do nobre Deputado Temperani Pereira, veremos que, só na década de 40 a 50, só de gastroenterite, doença característica dos subdesenvolvidos, morreram cerca de 80 mil crianças. Há outros índices de mortalidade infantil e nas outras estatísticas etárias igualmente alarmantes.

Prosseguindo, Sr. Presidente, nas minhas considerações acerca de reforma agrária, dizia eu: Nem o presidencialismo de anteontem nem o parlamentarismo ontem, nem o presidencialismo de hoje resolvem ou resolverão o problema com medidas paliativas, medidas de superfície. O erro fundamental dessa atuação não reside na pessoa de Presidentes eventuais, mas na estrutura do regime a que está submetida nossa sociedade agrária. Há necessidade de que se mude profundamente o regime, para que se possam oferecer, então, as circunstâncias propiciadoras desse desenvolvimento e do apagamento desse borrão, dessa chaga que nos envergonha, não perante as nações desenvolvidas, mas perante nações mesmo subdesenvolvidas.

Mister, pois, se faz demolir a estrutura latifundiária com uma reforma agrária radical, corajosa e libertadora. Dessa forma, então, em vez de 19 milhões de hectares, os nossos 15 milhões de habitantes, livres da compressão a que estão submetidos, passarão a dominar uma área superior a 350 milhões de hectares, se tomarmos como comparação os Estados Unidos, a proporção naturalmente, que as novas condições de trabalho se tornarem efetivas.

Não nos será lícito, portanto, postergar por maior tempo a reforma agrária em nossa Pátria. É chegada a hora de tomarmos uma atitude corajosa e essa atitude há de começar pela reforma do texto constitucional em seu Art. 141, § 16, eliminando dali aquele tampão de inspiração anti-social.

O Sr. Brito Velho — De fato, fico constringido, porque o tempo de V. Exa. é escasso e muita coisa boa. V. Exa. ainda terá para dizer.

O SR. MÁRIO MAIA — Mas o aparte de V. Exa. é uma honra para mim.

O Sr. Brito Velho — Obrigado. No entanto depois do aparte de solidariedade e encorajamento tão bem apresentado pelo meu companheiro do Rio Grande do Sul o Deputado Temperani Pereira, acho que também devia trazer a V. Exa. minha palavra, declarando que estou muito bem impressionado com seu discurso. O material, os dados que V. Exa. fornece são incontestavelmente seguros, certos, e as conseqüências, parece-me, não podem ser outras. De minha parte, é quase uma demasia vir dizer que sou partidário da reforma agrária e de todas as providências que a facilitem. Já pronunciei mais de meia dúzia de discursos, a bater sempre nesta tecla, e espero não cansar o plenário, porque a função do político é esta: atuar — especialmente aqui dentro, porque aqui dentro é que se há de fazer as leis. Aquilo que São Paulo já aconselhava quando dizia *dama, itaque, m cesses*, clama sem cessar e ainda acrescenta *oportuno et inoportuno*, oportuna e inoportunamente, há de ser a maneira daqueles que, às feto, querem ver melhorada a situação do seu País. Mas

antes de encerrar esta intervenção, da qual peço escusas a V. Exa., queria lembrar que há estudos, neste País, especialmente os feitos no Rio Grande do Sul pelo eminente Professor Décio Martins Costa, Presidente da seção regional do Partido Libertador no Rio Grande do Sul, nos quais chegou a conclusões impressionantes. Fazendo estudo comparativo entre a zona da agricultura, a zona chamada de colônia, e a zona de campanha, ele mostrou que há uma relação íntima entre os índices de mortalidade infantil de tal forma que, se nós formos ao Professor Décio Martins Costa, o índice de mortalidade de uma região, veremos, ele dá imediatamente a estrutura agrária, e se, inversamente, nós lhe fornecermos as informações sobre a estrutura agrária, ele dará com relativa aproximação o índice de mortalidade infantil. Enquanto a mortalidade infantil é relativamente pequena em toda a zona de pequenas propriedades, na chamada zona colonial, o índice de mortalidade é enorme na zona sul do Estado na zona das grandes fazendas, na zona em que o desnível social é imenso, em que há um pequeno número, digamos assim, de bem-afortunados e um número enorme de pessoas com baixa capacidade econômica. Eu até digo a V. Exa. que pretendo trazer aqui para o Plenário este trabalho do Professor Décio Martins Costa, senão para o ler aqui, pelo menos para fazer que conste dos nossos Anais, porque é sumamente interessante, estabelecendo, como disse, relações, e relações muito seguras. O coeficiente, vamos dizer, de correlação é altamente significativo do ponto-de-vista estatístico, entre a forma de ordenar-se a propriedade agrária e a repercussão dela sobre a mortalidade infantil. E trabalhos desse tipo poderiam ser multiplicados ao infinito. Eu dei este aparte apenas como uma homenagem a V. Exa., e no sentido de estimulá-lo a que continue a trabalhar, como vem trabalhando.

O SR. MÁRIO MAIA — Agradeço imensamente a intervenção de V. Exa. E ela só vem enriquecer as nossas modestas considerações acerca do problema.

Mas realmente, nobre Deputado Brito Velho, a mortalidade infantil e as doenças que se verificam no interior de nosso País são verdadeiramente um subproduto das condições econômicas de nossa população, como bem frisou o Deputado Temperani Pereira, há pouco tempo; o homem do campo auferiu um salário vil, salário que muitas vezes não dá para comprar um par de sapatos. De modo que essas condições são mesmo subproduto dessa condição feudal da propriedade da terra. Mas o interessante de se notar é que os que rieta Casa se têm manifestado...

O Sr. Brito Velho — Apenas um pequeno aparte: É que há uma certa injustiça em chamar-se isso de feudal. Na época do feudalismo, em geral a situação do servo da gleba era muitas vezes melhor do que a de determinados rúricolas deste País.

O SR. MÁRIO MAIA — O interessante de se notar é que os que nesta casa têm se manifestado contra a reforma constitucional tem-no feito, pelo menos em considerável maioria, não por acharem desnecessária essa reforma mas sim pela alegação da inoportunidade, argüindo alguns até que não a concedem porque quem está na presidência da República é o Sr. João Goulart. Estes reformaram a Constituição até em todos os seus artigos, se fosse outro o presidente. Achamos esse comportamento um capricho reprovável, pois antes e acima da vontade eventual de um presidente está a vontade e o desejo soberano do povo brasileiro, vontade que não se expressa por vaidade ferida de uns quantos, mas sim por necessidade premente e absoluta de milhões de criaturas que sofrem por este Brasil a fora.

O Sr. Milton Dutra — Nobre Deputado, meu intento era complementar o brilhante aparte do meu co-estaduano Brito Velho. Quando o Deputado Brito Velho distingue, através da mortalidade infantil, duas regiões do Rio Grande do Sul, está também de certa forma dando as razões por que nós gaúchos, de maneira geral, somos altamente favorável à reforma agrária. É que fios inspiramos, para a reforma agrária, na

realidade da nossa terra. Temos lá o confronto do que seja a propriedade bem distribuída e a propriedade ainda de cunho algo latifundiária. Aliás, a terra colonial do Rio Grande, onde *impera* a pequena propriedade, progride, desenvolve-se e dá lugar à formação de uma infinidade de comunidades, e as áreas de campo do Rio Grande do Sul ficam quase estagnadas populacionalmente. E o surto de progresso que ali se está fazendo sentir está devendo de longe à agricultura que também está dominando aquelas paragens do meu Estado. Somos pela reforma Brasil! aquela magnífica experiência que já se realizou no nosso Estado.

O Sr. Jorge Kalume — Nobre Deputado, quero solidarizar-me com V. Sx' pelo magnífico discurso que está pronunciando, versando assunto de vital importância, qual seja o da reforma agrária, tão reclamada pelas necessidades do nosso País. Quero adiantar a V. Ex.^a, que o Acre se deve orgulhar porque se antecipou à reforma agrária, desde quando era governador o Sr. José Guimard dos Santos, hoje Senador, seguido pelo Sr. Valerjo Magalhães, pelo Coronel Manoel Montenegro de Castro, que adquiriram as terras dos seringueiros que circundavam as cidades e distribuíram aos homens que queriam de fato trabalhar no amanhã da terra. Hoje, já se vê um verdadeiro cinturão verde abastecendo as cidades do Acre.

O SR. MÁRIO MAIA — Obrigado pelos apertes de VV. Ex.^{as}.

Realmente, aquele ensaio de reforma agrária, feito pelos nossos governos passados, incluindo também o governo do Deputado General Oscar Passos, hoje Senador, também um dos pioneiros na aquisição de terras de seringueiros circunvizinhos a Rio Branco para distribuição aos colonos nordestinos, aqueles que haviam saído de sua terra natal para atender ao apelo dos grandes exércitos dos soldados da borracha, foi uma solução e uma experiência de que até hoje estamos colhendo os frutos de certo modo favoráveis.

Mas pediria aos nobres colegas não apartassem, que meu tempo já está esgotado e me deixassem aproximar

um pouco do final do meu discurso, porque ainda tenho considerações a fazer, com a benevolência do Sr. Presidente, que, creio, seriam de grande interesse para o problema agrário no Brasil.

Outros, ao negá-la, levantam o pretexto de que são os comunistas que estão agitando o problema para, por essa brecha, abrir um claro maior até chegar à completa abolição de todo o sistema de propriedade privada. Não nos parece um argumento válido, pois implicaria em atestar a falácia do capitalismo que, por si só, se propõe resolver todas as desigualdades sociais, muito embora até hoje não tenha resolvido. Outros alegam ainda que a Constituição hoje é intocável, quando não tiveram o escrúpulo de modificá-la, não faz muito tempo, para remendar a aventura de um golpe, frustrado pela renúncia de um presidente e logo após revelado e retocado pelo impedimento declarado de um vice-presidente constitucionalmente eleito, para assumir o que esta mesma Constituição mandava. Naquela hora, a carta magna era tocável. Hoje, não... Isto nos cheira a um falso pudor, a um frágil moralismo. Portanto, não vemos em a negação da reforma constitucional, senão temor injustificável, capricho egoísta e sobretudo uma forte dose de hipocrisia.

Manter a estrutura feudal que aí está, anacrônica, espúria, antieconômica, anti-social, anti-humana, e anticristã, isto s'ím meus nobres e ilustres colegas, cavará cada vez mais o abismo para que o nosso desenvolvimento social se faça dentro de outros moldes que não aqueles desejados por todos nós, que queremos soluções brasileiras para problemas brasileiros.

E aqui queremos afirmar com toda ênfase: somos refratários a tutelas e não as desejamos nem soviética nem americana, sem com esta atitude de soberania deixar de desejar a amizade fraternal e leal de ambas as potências em termos de igualdade e respeito à dignidade de cada qual.

Com o que não podemos nem devemos nos conformar, Sr. Presidente, é com o estado de desigualdade vigente dentro de nossas próprias fronteiras.

3.000.000 de propriedades agrícolas numa área de 253.600.000, com o aproveitamento de apenas 19 milhões de ha, sendo que pelo menos 2/3 dessa área se encontra na posse de latifundiários, os quais desde há muito, consciente ou inconscientemente, vêm aliados por um lado aos ricos comerciantes e aos banqueiros ricos e por outro ao capitalismo imperialista internacional, colonizador e apátrida, resultando deste conluio os clubes de tubarونات para o assalto ao bolso do povo e à boca inocente das crianças. O terço restante toca aos demais proprietários entre pequenos e médios. Os 12 milhões de patrícios nossos que sobram estão condenados à sorte do Judeu errante. A estes cabe trabalhar para uma pequena fração daqueles, sob as condições que lhes forem impostas, não raro por um prato de comida ou por um salário de fome, quando não se submetem aos cambões e parcerias. Nesse mundo feudal, o pagamento em dinheiro é pouco usado. A paga do trabalho ou do arrendamento é feita diretamente com o produto da lavoura em sua forma natural, geralmente com o valor arbitrado pelo latifundiário.

É essa estrutura, espalhada por este Brasil continental, que transforma o nosso rurícola em um autêntico judeu errante brasileiro, especialmente o sertanejo, que recebeu já até o dito de ter formiga nos pés, por não conseguir parar por muito tempo em um lugar.

A tiracolo, leva o nordestino em seu bernal a expressão de sua fome e de sua miséria: um pouco de farinha, um pedaço de carne seca e um torrão de rapadura. De fazenda em fazenda, de estrada em estrada, de região em região, lá vai ele com as mãos calejadas e a alpergata de couro cru segura por um nó de correia entre o dedão do pé, em sua peregrinação sinistra com mulher e filhos pelas estradas empoeiradas de nosso sertão. Aqui, ali, acolá, vai desbravando as matas, plantando campos, construindo estradas, edificando cidades, acumulando com os seus músculos desidratados, por onde quer que passe, a riqueza das elites que se apossaram da terra, do poder e dos bens de produção, à custa de seu suor, de seu sofrimento, de seu trabalho.

Ele que nada tem, que nada possui a não ser a força de seus músculos, expressa mais pelo instinto de viver do que pela capacidade física de seu corpo estiolado, segue mercadejando e prostituindo o seu trabalho de bordel em bordel no ignominioso lupanar da exploração do homem pelo homem, representado pelo capitalismo imperialista de nossos dias. Degradado e envelhecido antes do tempo, minado pela ancilostomosc, transforma-se no «Jeca Tatu», essa silhueta humana da miséria tão bem fixada pelo nosso extinto patrício Monteiro Lobato. Opilado, inútil, preguiçoso, sem vontade, sem esperança, torna-se um ser apático e lerdo. Apatia e lerdeza que nada mais são do que a exteriorização fisiopatológica de seu estado de anarquia orgânica e funcional, condicionado pela carência crônica das mais elementares substâncias necessárias a um equilíbrio biológico mínimo. Andrajoso, sem teto, sem palmo de terra onde cair, são essas alavancas humanas, assim mesmo enferrujadas, que ainda vibram o machado, que movimentam a enxada, que plantam, que colhem, que carregam às costas, para o repasto de outros, o alimento que é negado a si e a seus filhos. É em nome dessa gente, Senhores Deputados que nós temos a obrigação humana de fazer a reforma agrária e agora. Vamos reformar a Constituição, sem medo e sem falso pudor, pois, se o não fizermos já, para propiciar a reforma, não tardará muito vermos concretizar-se a profecia de Alberto Pasqualini: «O que não for cedido com moderação será tomado com violência inevitavelmente, em condições piores para ambos os campos sociais, maiores e minorias.»

E então acontecerá o que já tivemos oportunidade de dizer uma vez desta tribuna: assistiremos, com horror e espanto, ao delírio indomável das grandes multidões desesperadas a empunhar, em suas mãos ensanguentadas, uma bandeira verde e amarela maculada com o vermelho rubro do sangue de seus próprios irmãos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem, Palmas. O orador é cumprimentado.)